

Tomada de contas

RAUL PILLA

EXISTE em todos os países uma comissão parlamentar de tomada de contas. Não é comissão puramente técnica, mas, antes comissão altamente política. Desde que os monarcas não mais puderam lançar mão de recursos, que não fôsem autorizados pelos representantes da Nação, imperioso também se tornou que prestassem estrita conta do seu emprêgo. Uma coisa era consequência da outra. Estes princípios, antes impostos aos soberanos, do que por eles aceitos, foram a arma com que os povos conquistaram a sua liberdade política.

Entre nós, porém, a tomada de contas foi-se transformando em mera formalidade, que freqüentemente deixou de cumprir-se. Simples desídia? Não me parece. Antes, isto sim, convicção da inutilidade do esforço, da inutilidade do trabalho, já que a má prestação de contas deveria pôr em movimento um mecanismo pesado, ineficiente e perigoso, como o impeachment, ou processo de responsabilidade, recurso único oferecido pelo sistema presidencial.

Por isto mesmo, muito de louvar é a ação desenvolvida pela Comissão de Tomada de Contas da Câmara dos Deputados, desde que passou à presidência do sr. Guilherme Machado. Relegando as dificuldades do regime, que é praticamente o da onipotência do Poder Executivo, tomou ela a peito cumprir realmente a sua missão constitucional. Este ano, por exemplo, é notável o trabalho feito pelo relator, sr. Ferraz Egreja, que verificou a violação por parte do governo, de todos os preceitos constitucionais relativos à execução orçamentária.

Aprovará o parecer a maioria da Comissão? Compreenderão os seus membros que eles ali não se acham em função do seu partido, mas em função do próprio regime democrático representativo? Eis a primeira questão, que espero ver favoravelmente respondida. Neste caso, aprovará a Câmara dos Deputados as conclusões da sua Comissão? Também não tenho o direito de duvidar de que o fará. Espero que principalmente os presidencialistas se empenharão nisto, pois esta é a sua única oportunidade de demonstrar que o regime ainda não falhou totalmente. Negada aprovação às contas do sr. presidente da República, chegar-se-á à consequência necessária -- o processo de responsabilidade? Nisto, por mais que o deseje, não posso crer. Mas a sanção moral, que seria a simples desaprovação da Câmara dos Deputados, já por si constituiria um sintoma animador nesta universal dissolução. Seria, pelo menos, uma advertência.